

Judiciário em foco

ANO 1 - NÚMERO 7

DEZEMBRO - 2007

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tj.ac.gov.br

In verbis

PROCESSO ELETRÔNICO

Páginas 6 e 7

DESTAQUE |

**TJAC entrega novas
instalações do Fórum
de Plácido de Castro**

Página 5



CONHEÇA O JUDICIÁRIO |

**Juizado de Trânsito:
11 anos de atuação
em Rio Branco**

Páginas 8 e 9





editorial

Mensagem da Direção

Transcorrido o nosso primeiro ano de trabalho à frente da Direção do Tribunal de Justiça, é com satisfação que nos dirigimos aos magistrados, servidores e parceiros da Justiça acreana para agradecer a todos e a cada um pelo empenho, dedicação e seriedade com que conduziram o Judiciário em 2007.

Nesse momento, avaliamos positivamente o plano de gestão executado desde fevereiro de 2007. Logo que assumimos o TJAC, discutimos o quadro situacional do Judiciário e definimos as ações prioritárias da nova direção que passávamos a representar. Acreditando na política administrativa descentralizada e compartilhada, desenvolvemos uma gestão mais célere, fruto do diálogo franco e permanente da Direção com a Corte de Justiça, a Associação dos Magistrados Acreanos e o Sindicato dos Servidores do Poder.

Hoje, reconhecemos que muitos foram os desafios enfrentados, mas as conquistas realizadas nos gratificam e estimulam a seguir com o nosso trabalho em busca do fortalecimento da Justiça em nosso Estado. No ano de 2007, o Tribunal de Justiça do Acre deu passos importantes, que refletem a construtiva participação de todos no bom desenvolvimento da máquina judiciária. Por isso, diante da equipe homogênea que formamos, temos a certeza de que as vitórias correspondem à síntese do trabalho e esforço de todos.

Finalizamos nosso primeiro ano de gestão com a convicção de que o sentimento de equipe impera nesta Instituição e esperamos, com esta mensagem, registrar nosso reconhecimento e agradecimento a todos os que fazem a Justiça no Acre. No novo ano que se inicia, para o qual já estamos cheios de boas perspectivas e projetos, não nos esqueçamos de que a construção de um ambiente sadio e cordial depende de cada um de nós, fator imprescindível para preservação dos valores de nossa Instituição e promoção da Justiça.



Desa. *Izaura Maia*
Presidente



Des. *Pedro Ranzi*
Vice-Presidente



Desa. *Eva Evangelista*
Corregedora Geral da Justiça

Expediente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO ACRE
Biênio 2007-2009

Presidente
Desa. Izaura Maia

Vice-Presidente
Des. Pedro Ranzi

Corregedora Geral da Justiça
Desa. Eva Evangelista

O Judiciário em Foco é uma
publicação da Assessoria de
Imprensa do TJAC

Assessoria de Imprensa
Letícia Mamed

Redação e Edição
Angelo Douglas
Antônio Kleber
Letícia Mamed

Projeto Gráfico e Diagramação
Angelo Douglas
Antônio Kleber
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed

Fotos
Acervo da Assessoria
de Imprensa do TJAC

Jornalista responsável:
Antônio Kléber (MTB 12/92)

Impressão: Gráfica do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

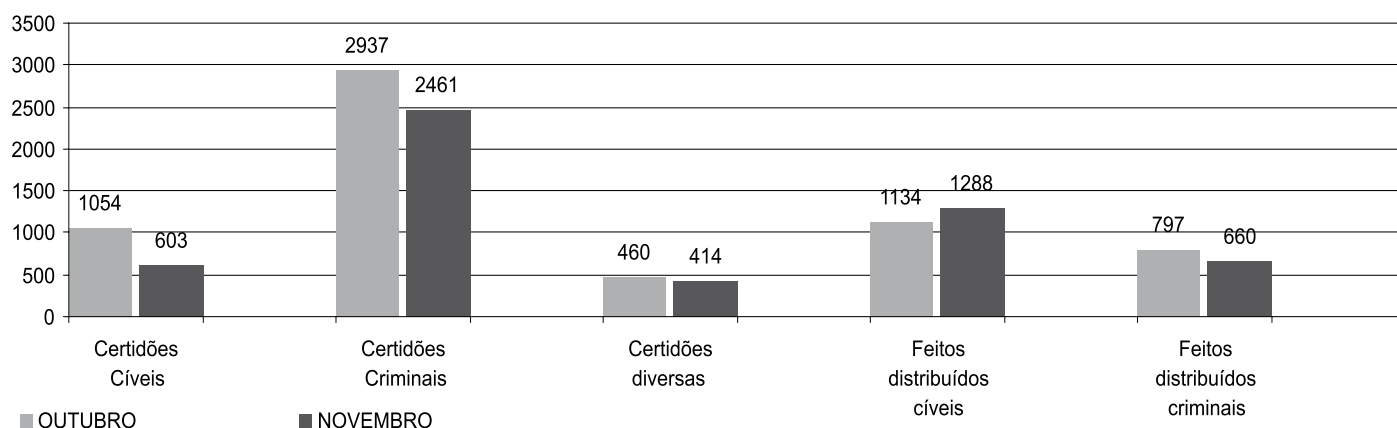


Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356 / 3211-5357.
Internet: www.tj.ac.gov.br
E-mail: asimp@tj.ac.gov.br

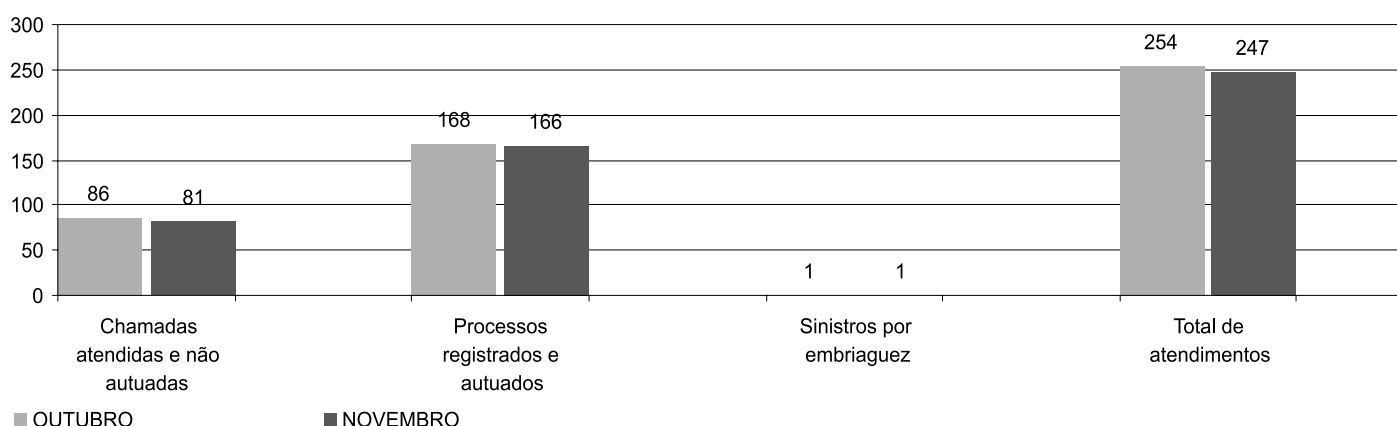


judiciário em números

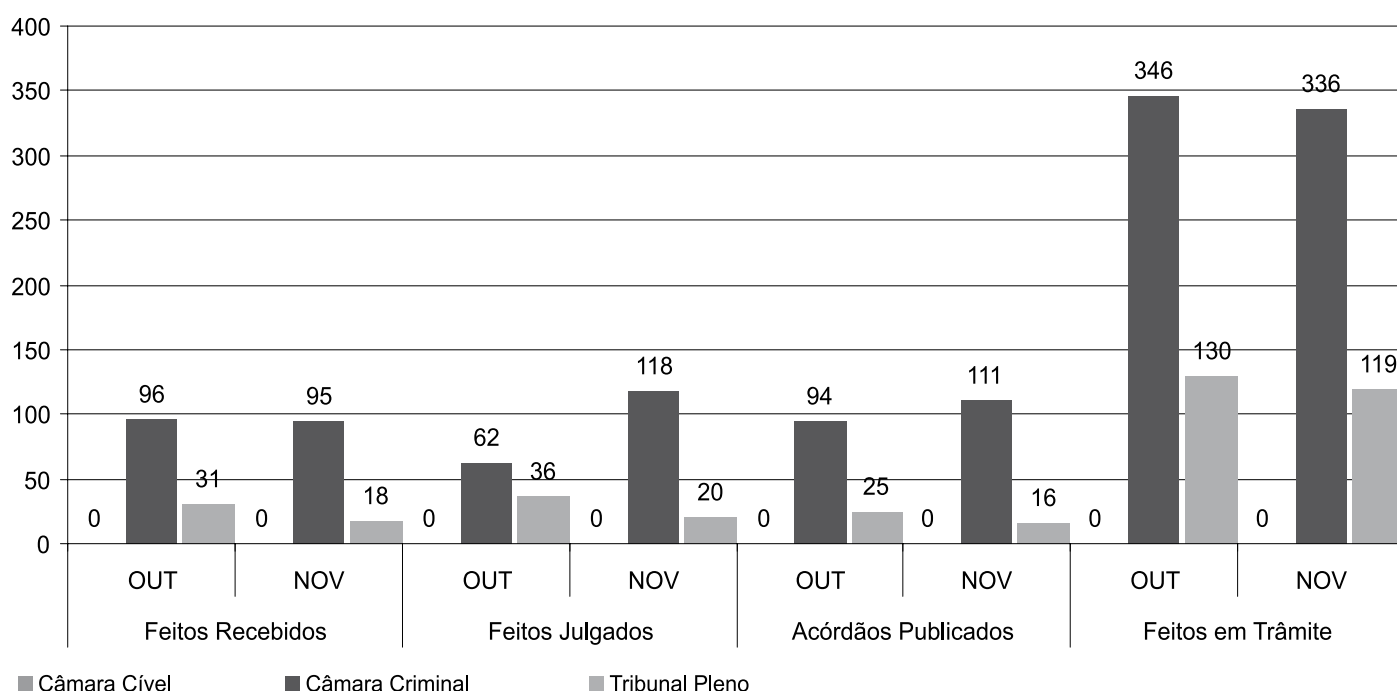
Relatório Estatístico Processual - Cartório do Distribuidor Comparativo Outubro e Novembro/2007



Relatório Estatístico Processual - Juizado de Trânsito Comparativo Outubro e Novembro/2007



Relatório Estatístico Processual - 2ª Instância Comparativo Outubro e Novembro/2007





geral

TJAC empossa Adair Longuini

Com a posse do novo Desembargador, Tribunal celebra o encontro entre os membros de ontem e de hoje

A Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Izaura Maia, em sessão solene especial realizada no dia 7 de dezembro, no Teatro da FIRB-FAAO, empossou o novo integrante da Corte Acreana - Adair José Longuini.

A Mesa Diretora dos trabalhos, composta pela Corte de Justiça e presidida pela Desembargadora Izaura Maia, também contou com a participação do Senador Tião Viana, então Presidente Interino do Senado Federal; do Governador do Estado, Arnóbio Marques; do Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente da Assembléia Legislativa do Acre; do Prefeito Municipal de Rio Branco, Raimundo Angelim; da Procuradora de Justiça Giselle Mubarak Detoni, Subprocuradora-Geral do Ministério Público Estadual; do advogado Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre; do Desembargador Yedo Simões de Oliveira, representante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; do Desembargador Péricles Moreira Chagas, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; do Juiz Laudivon



Nogueira, Presidente da Associação dos Magistrados Acreanos; e da servidora Rosane Ferraz, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário.

Em Tribuna de Honra, os Desembargadores Jorge Araken Faria da Silva, Eliezer Mattos Scherrer e Ciro Facundo de Almeida, membros de ontem do Egrégio Tribunal de Justiça, também participaram da sessão.

Após a abertura do Ato Solene e a execução do Hino Nacional, pela Banda da Polícia Militar, o novo membro do Tribunal foi conduzido até à Mesa pelos Desembargadores Eva Evangelista e Pedro Ranzi, onde prestou juramento e assinou o Termo de Posse.

Coube ao Desembargador Samoel Evangelista

Adair Longuini é o novo membro da Corte de Justiça



fazer a saudação da Corte ao empossado. Em seu discurso, Evangelista narrou algumas passagens da vida pessoal e profissional de Longuini, até o seu ingresso na magistratura. A solenidade prosseguiu com o discurso da Subprocuradora-Geral Giselle Mubarak, que em nome do MP-AC saudou o novo membro do Tribunal.

Em seguida, foi a vez do professor Jorge Araken saudar Longuini em nome da OAB/AC. O Presidente Interino do Senado Federal, Senador Tião Viana,

também fez saudação especial ao empossado.

Após receber das mãos da Desembargadora Miracele Borges a Medalha do Mérito Judiciário, maior honraria do TJAC, Adair Longuini se dirigiu aos presentes num discurso pautado pela gratidão e emoção. A execução do Hino Acreano encerrou a sessão especial. Ao final, acompanhado de sua família, Longuini recebeu os cumprimentos dos convidados, oportunidade em que foi servido um coquetel aos convidados.

destaque

Fórum de Plácido de Castro ganha novas instalações

Concluída a obra de reforma e ampliação do Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal



No dia 19 de dezembro, a Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Izaura Maia, e o Juiz Edinaldo Muniz dos Santos entregaram à população do município de Plácido de Castro as novas instalações do Fórum Desembargador José Lourenço Furtado Portugal.

A solenidade contou com a presença de secretários municipais, vereadores, autoridades civis e militares, representantes da Defensoria e do Ministério Público, além de moradores da cidade, recepcionados pelos servidores do Judiciário.

Instalado em 30 de março de 1996, o Fórum de Plácido de Castro nunca havia sofrido reforma em seu projeto original. Assim, a obra consistiu na reforma geral das antigas instalações, com pintura, ampliação e reorganização dos espaços dos car-

tórios, aquisição de novo mobiliário, instalação de novo sistema de refrigeração de ar e nova rede lógica de internet. A obra garantiu também a acomodação dos núcleos da Defen-



(...) realizações dessa natureza só são possíveis com o esforço conjunto da equipe no trato dos recursos públicos e zelo na administração (...)

soria e do Ministério Público, bem como das serventias extrajudiciais, nas antigas residências oficiais, situadas ao lado do Fórum.

Com a nova estrutura, mais confortável e otimizada, o objetivo do TJAC é proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores do Poder e oferecer uma prestação jurisdicional mais eficiente à sociedade.

Em seu discurso, Izaura Maia frisou que “realizações dessa natureza só são possíveis com o esforço conjunto da equipe no trato dos recursos públicos e zelo na administração”. Segundo o Juiz Edinaldo Muniz, “a obra atende um antigo anseio da população, que agora poderá ser melhor recebida e atendida nas novas instalações, assim como dos servidores da Comarca, que poderão trabalhar em um ambiente mais amplo e agradável”.



in verbis

PROCESSO ELETRÔNICO



Ao longo de 2007, o Tribunal de Justiça discutiu o tema do processo judicial eletrônico (Lei 11.419/06) e planejou sua implantação no Acre, que começará com a inauguração do Juizado Virtual de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, prevista para 29 de fevereiro de 2008.

Acompanhando de perto o desenvolvimento desse importante projeto do TJAC, o Judiciário em Foco apresenta nesta edição o ponto de vista de dirigentes, profissionais, advogados e procuradores nele envolvidos, avaliando os desafios e perspectivas para a modernização da Justiça.



Pedro Ranzi

Desembargador, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Presidente da Comissão Permanente de Informática, Jurisprudência e Biblioteca do TJAC

Avalio que o processo virtual ou eletrônico é a melhor ferramenta hoje disponível capaz de imprimir agilidade ao Judiciário, desburocratizar o sistema e economizar custos. Com o processo eletrônico, vislumbra-se, a médio e longo prazo, que a Justiça sem papel torne-se mais barata.

Em termos da organização administrativa, o Judiciário poderá, no futuro, beneficiar-se de estatísticas confiáveis e em tempo real, que ajudarão a identificar os gargalos do processo e, inclusive, a propor reformas úteis e precisas. A transparência do Judiciário, com o grande aumento da publicidade, também

ganha importante parceiro.

Considerando, portanto, os inúmeros benefícios advindos com a informatização do processo judicial, o caminho da “virtualização” da Justiça não admite recuos. Assim, acredito que em poucos anos o TJAC vencerá os desafios que se colocam e conseguirá desenvolver o processo eletrônico em todas as suas unidades.

O trabalho desenvolvido pelo Tribunal nesse sentido já gerou frutos, pois, em breve, instalaremos o Juizado da Mulher em versão virtual, completamente eletrônico, adotando o Sistema do Conselho Nacional de Justiça, o Projudi (Processo Judicial Digital).

Naturalmente, surgem dificuldades de adaptação ao novo contexto. Há 15 ou 10 anos atrás não imaginávamos, por exemplo, a importância que os computadores assumiriam em nossas rotinas. Do mesmo modo, hoje a implantação do processo eletrônico nos exige o desenvolvimento de uma nova cultura, capaz de absorver as mudanças tecnológicas e saber administrá-las.



Eva Evangelista de Araújo Souza

Desembargadora, Corregedora Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Acre

Com o objetivo primordial de promover a eficiência da prestação jurisdicional, a lei do processo eletrônico é uma nova cultura que deve ser proposta a todos os profissionais do Direito e do sistema de Justiça do país. Entendo ser possível e necessária a sua implantação. Entretanto, reconheço que não será possível, pelo menos no início do seu desenvolvimento, a total exclusão do processo de papel.

A proposta do CNJ estima que em cinco anos a Justiça brasileira estará operando apenas com o processo eletrônico. Mas ainda existem regiões no Brasil cujo sistema de comunicação é dos mais precários. Muitas são as Comarcas extremamente afastadas dos centros urbanos, distanciadas até mesmo das políticas públicas básicas. Diante dessa realidade, avalio que a administração do Tribunal de Justiça terá pela frente grandes desafios.

Mesmo assim, aposto nos importantes benefícios garantidos pelo processo eletrônico, como a eficiência da prestação jurisdicional, a celeridade no trâmite dos processos e a capacitação dos servidores.

Vale ressaltar que o processo virtual no Acre é uma realidade já em 2007, com os preparativos para a implantação do Juizado da Mulher. Portanto, não há como renunciar à “virtualização” da Justiça, que em boa hora veio para conferir ao cidadão o primado constitucional da razoável duração do processo judicial.

in verbis



Roberto Romanholo

Especialista em Segurança da Informação e Banco de Dados, Coordenador de Informática do Tribunal de Justiça do Acre

Se depender da vontade e do empenho da Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, e de todos os demais envolvidos neste processo, 2008 será o ano do Poder Judiciário. No Acre, a implantação do processo eletrônico terá início com a inauguração do Juizado da Mulher em Rio Branco, que utilizará o Sistema Projudi.

Desenvolvido pelo CNJ, o Projudi é um sistema eletrônico em tempo real que dispensa o uso de papel em todas as fases de tramitação dos processos na Justiça. Dispondo apenas do nome de usuário e da senha de acesso ao sistema, o advogado pode protocolar documentos e acompanhar processos pela internet de qualquer lugar, a qualquer hora. Juízes e promotores também podem ter acesso rápido aos documentos.

Além da parceria com o CNJ no projeto de informatização da Justiça acreana, o TJAC também investiu recentemente na

atualização do Sistema de Automação Judiciária (SAJ). A nova versão do SAJ, adquirida pelo Tribunal, virtualiza a tramitação dos processos judiciais, facilitando a troca de informações e agilizando o trâmite processual. Sem dúvida, o Projudi, como também o novo SAJ, ampliará o acesso à Justiça.

Com a informatização, a expectativa é de que os processos sejam julgados com maior celeridade e que, com o uso adequado de novas tecnologias, o sistema passe a operar com custos menores. Isso porque a tramitação processual eletrônica, que prescinde do uso de papel, viabiliza a redução de gastos com impressão.

Para o cidadão, o ganho imediato com o processo eletrônico é a velocidade no andamento dos processos, cinco vezes mais rápida. Essa inovação traz respostas rápidas à sociedade, tornando a Justiça mais efetiva. Além disso, ainda existem os chamados “efeitos colaterais” que atingirão não apenas o cidadão jurisdicionado, mas toda a sociedade. Em relação ao meio-ambiente, por exemplo, os ganhos são enormes. De acordo com o CNJ, anualmente são iniciados 20 milhões de processos no Brasil. Estimando-se que um processo tenha a média de 30 folhas, são gastos 600 milhões de folhas por ano, sem contar os produtos químicos, água e demais insumos necessários à fabricação de papel.

Portanto, com a implantação do Projudi e a aquisição da nova versão do SAJ, o TJAC estará na vanguarda do processo de informatização em curso no país.



Ricardo Antonio dos Santos Silva

Advogado, Vice-Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, responsável Técnico pela Área de Informática da OAB/AC

A “virtualização” da Justiça brasileira é reconhecidamente, uma iniciativa avançada se comparada a outros países. O Projudi, programa desenvolvido pelo CNJ e utilizado na maior parte dos Estados, é um *software* livre, que vai permitir o acesso e o petição de qualquer lugar do mundo, via *web*.

Um dos resultados mais interessantes para o jurisdicionado será a maior celeridade na prestação da tutela jurisdicional, pois teremos uma redução de fases no processo, estimada de 40

para 3 dias. Hoje, a morosidade do Judiciário é um dos graves problemas enfrentados pelos advogados, reconhecido até pelos Ministros do STF, que já admitem “Justiça que tarda, falha”.

Certo é que a Lei 11.419/2006 trará ao Judiciário novas tecnologias, que, além de beneficiarem o cidadão, também prometem revolucionar, para melhor, a vida dos advogados, promotores e magistrados. As vantagens propiciadas pela “virtualização” da Justiça incluem, entre outras coisas, economia de recursos humanos, simplificação de rotinas, redução de espaços físicos nos cartórios e celeridade processual.

Reconhecemos que são inúmeros os desafios para a implantação dessas novas e indispensáveis tecnologias em nosso Estado, pois no Acre possuímos Comarcas de difícil acesso e convivemos com constantes problemas de comunicação. Além disso, é preciso reconhecer que ainda temos um significativo número de profissionais do Direito sem conhecimento básico de informática, contexto que precisa ser modificado.



Ubirajara Braga de Albuquerque

Procurador de Justiça, Corregedor-Geral do Ministério Público do Acre

Na avaliação do Ministério Público, as inovações tecnológicas são inevitáveis e considerando o modelo atual de uma sociedade digital e pós-moderna, temos plena consciência de que o processo eletrônico representa um passo de grande importância para a modernização da Justiça. Nestes termos, o MP-AC vê com alvissaras a implantação do Juizado da Mulher nos moldes da lei do processo eletrônico, uma relevante iniciativa para que se possa ampliar a aplicação da Lei a outras áreas da Justiça.

Os desafios, certamente, serão de várias ordens. Sob um prisma da questão, pode-se vislumbrar dificuldades do ponto de vista tecnológico, porém, acreditamos que os profissionais de todas as instituições envolvidas são competentes o suficiente para resolver estes problemas. Assim, a maior dificuldade a ser enfrentada está na mudança de mentalidade dos profissionais que atuarão com a informatização do processo judicial, pois é fundamental que estejam abertos às inovações e mantenham um aprimoramento constante de seus conhecimentos para que possam se atualizar quanto ao emprego das novas tecnologias e, dessa forma, modernizar, também, sua forma de atuação.

Quanto aos benefícios que serão aportados ao Judiciário, não há dúvidas sobre a conquista de celeridade, facilidade na obtenção de informações e rapidez na prestação jurisdicional, elementos que significam, em última análise, respeito ao direito dos cidadãos e garantia de um melhor acesso à Justiça.



conheça o judiciário

JUIZADO DE TRÂNSITO

11 anos de atuação na conciliação dos conflitos, proporcionando economia de tempo e dinheiro ao Poder Público e ao cidadão

Criado há 11 anos, em 18 de dezembro de 1995, o Juizado de Trânsito (JTRAN) de Rio Branco é uma das mais inovadoras unidades do Poder Judiciário. Como parte integrante dos Juizados Especiais, está vinculado ao 1º Juizado Especial Cível, implantado para atender acidentes de trânsito no próprio local da ocorrência. Sua competência está delimitada à conciliação, instrução e julgamento de litígios decorrentes desses acidentes.

Atuando de forma gratuita, o atendimento imediato do JTRAN propicia às partes envolvidas o ressarcimento dos danos materiais de forma rápida, eficaz e segura. Até mesmo a evasão de uma das partes envolvidas no acidente não impede a ação do JTRAN.

Além de proporcionar economia de tempo e dinheiro, os serviços prestados pelo Juizado ainda garantem o descongestionamento do trânsito oriundo de acidentes automobilísticos, por meio da utilização da perícia volante; a prevenção de agressões recíprocas, físicas ou verbais entre os condutores de veículos; o diagnóstico dos locais de maior incidência de acidentes na cidade, com

conseqüente repercussão na melhoria da sinalização de trânsito; e a verificação dos documentos dos veículos e de seus condutores, que se traduz em fiscalização e auxílio administrativo ao DETRAN/AC.

De importância reconhecida pela sociedade, o JTRAN já realizou mais de 14 mil atendimentos desde que foi instituído. O

Acre foi o segundo Estado da Federação a implantar o projeto de Juizado de Trânsito. Inspirado no modelo do Juizado de Vitória (ES), hoje, após 11 anos de atuação, a Unidade Judiciária do Acre já superou a similar capixaba em termos de excelência e eficiência.

Quando acionada, a equipe móvel do JTRAN, encarregada da perícia e

da instrução, se desloca ao local do acidente, onde tenta a composição dos danos e o acordo entre as partes. Caso ocorra conciliação, o caso é encaminhado para homologação; caso contrário, o processo é remetido para o Juiz, com a data de audiência designada e as partes devidamente intimadas.

O procedimento adotado pelo JTRAN preserva as características da colisão, mediante a expedição de laudo pericial acompanhado de fotos, que permitem a apreciação pelas partes e pelo Juiz em caso de realização de audiência de instrução e julgamento.

Para tanto, o JTRAN possui uma equipe de atendimento composta de secretário/conciliador, perito e policial de trânsito. Sua estrutura física é formada por 2 unidades móveis, dotadas de microcomputador, impressora, câmera digital, telefone fixo e celular, e outros equipamentos.

Atualmente, o JTRAN está sob a coordenação da Juíza Solange de Souza Fagundes e tem como responsável técnico o servidor Afonso Evangelista.

O serviço é gratuito, disponível ao cidadão de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, e no sábado, das 8 às 22 horas.

ATENDIMENTOS REALIZADOS JANEIRO DE 1995 A NOVEMBRO DE 2007

1995	33	2002	1.474
1996	928	2003	1.592
1997	714	2004	1.407
1998	564	2005	2.398
1999	201	2006	2.565
2000	126	2007	2.909
2001	333		



conheça o judiciário

Convênio garante continuidade às ações do JTRAN

No dia 17 de dezembro, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, assinou Convênio de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado, através do DETRAN/AC e interveniência da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), da Polícia Militar (PMAC) e da Companhia de Trânsito do Acre (CIATRAN), que garante a continuidade das atividades do Juizado de Trânsito na Capital.

O ato contou com a presença da Desembargadora Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça, do Secretário de Justiça e Segurança Pública, Antonio Monteiro Neto, do Diretor-Geral do DETRAN/AC, Francisco Anastácio Cezário Braga, do Comandante Geral da Polícia Militar do Acre, Coronel Romário Célio Barbosa Gonçalves, da Juíza Solange de Souza Fagundes, Titular do 1º Juizado Especial Cível de Rio Branco, e do responsável técnico do Órgão, Afonso Evangelista, entre outros convidados.



Parceiros do JTRAN prestigiam a assinatura do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado

Sistema GETRAN

Durante a solenidade, Izaura Maia também ressaltou a importante cooperação do DETRAN em disponibilizar ao TJAC a utilização do Sistema de Gerenciamento de Trânsito (GETRAN), que possibilita a seus usuários, devidamente cadastrados, acesso aos registros dos DETRAN's, podendo lançar restrições a veículos, e a consulta de informações sobre habilitação ou titularidade desses bens.

O sistema, utilizado pelas Varas e Juizados da Comarca de Rio Branco, tem proporcionando maior celeridade nos procedimentos, vez que o magistrado pode ter acesso *on-line* a informações que antes necessitavam ser requisitadas via ofício.

Em caso de acidentes que não envolvam veículos oficiais, patrimônio público ou vítimas, ligue para os telefones:

3211-5566 e 9985-2750.





notícias da esmac

III Noite Magistral

Festa celebra os 20 anos da ESMAC

Em alto estilo. Foi assim que os magistrados acreanos comemoraram no dia 14 de dezembro, os 20 anos de fundação da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), com a realização da III Noite Magistral. O evento, muito concorrido, aconteceu no Theatro Hélio Melo e teve a participação de grande número de juizes, desembargadores, servidores do Poder Judiciário e seus familiares.

A Noite Magistral é uma festa que já acontece há três anos, ocasião onde os magistrados acreanos se reúnem para confraternizar e comemorar o aniversário da ESMAC e o Dia da Justiça, cuja data é 8 de Dezembro. Em clima de muita alegria e descontração, eles participam de uma vasta programação, que inclui apresentações

artísticas e culturais, como música, dança, teatro e poesia.

Na festa de 2007, a Direção da ESMAC homenageou os seus ex-diretores, concedendo-lhes uma placa em reconhecimento pelo trabalho pioneiro de fundação e fortalecimento da Instituição. O atual Diretor da Escola, Desembargador Pedro Ranzi, e a Juíza Regina Longuini, representando o Conselho Consultivo da ESMAC, prestaram a homenagem.

Durante o evento, também aconteceu o lançamento da revista *Escola Superior da Magistratura do Acre – 20 Anos*. A publicação sintetiza a história da ESMAC como órgão de apoio do Tribunal de Justiça, trajetória marcada por pioneirismo, inovação, espírito público e compromisso com o aprimoramento de magistrados.



PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

- Músicas: **La barca**, de Roberto Cantoral e **Solamente una vez**, de Agustín Lara.
Interpretação: Afonso Braña e Rosana Magalhães
- Poema: **A bailarina**, de Cecília Meireles
Declamação: Ana Karim/Laudivon Nogueira
- Música: **A enxada e a caneta**, de Zico e Zeca
Dramatização: Luís Camolez
- Poema: **Vocês**, de Olívia Maria Alves Ribeiro
Declamação: Olívia Maria Alves Ribeiro
- Música: **Marcas do que se foi**, Os Incríveis
Interpretação: Cloves Augusto
- Poema: **Os estatutos do homem**, de Thiago

- de Mello
- Jogral: Izaura Maia e Pedro Ranzi
- Músicas: **Argumento** e **A flor do meu bairro**, de Adelino Moreira; e **Camisola do dia**, de Herivelto de Oliveira Martins.
Interpretação: Eliezer Scherrer e Rubedna Braga
- Texto: **Coríntios 13**
Declamação: Rogéria Epaminondas e Rivaldo Guimarães
- Teatro: **Dom Quixote - episódio "O Governador da Ilha Barataria"**, de Miguel de Cervantes
Interpretação: Solange Fagundes, Élcio Sabo,

- Anastácio Menezes e Fábio Gonzaga
- Poema: **A casa materna**, de Vinícius de Moraes
Declamação: Eva Evangelista
- Crônica: **Para você com carinho**
Interpretação: Zenair Ferreira
- Poema: **Sentimento**, de Regina Longuini
Declamação: Regina Longuini
- Poema: **O guardador de rebanhos**, de Fernando Pessoa (Alberto Caeiro)
Declamação: Denise Bonfim
- Música: **Devolvi**, de Adelino Moreira
Interpretação: Jihane Barros

notícias da coger

Eva Evangelista avalia a Correição Geral Ordinária 2007

“A Justiça acreana vive um novo momento”, afirma a Corregedora Geral da Justiça, Desembargadora Eva Evangelista, ao encerrar o calendário de Correição Geral Ordinária. Segundo a Desembargadora, apesar do volume de processos novos e do reduzido número de Juízes distribuídos nas Varas e Juizados Especiais do Estado, o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela COGER em 2007 pode ser considerado extremamente satisfatório.

Ao final da Correição Geral, os dados apresentados pela COGER revelam uma taxa de congestionamento em torno de 54%, o que deixa o Judiciário acreano numa situação confortável diante da média nacional. Em fevereiro de 2007, esse percentual chegou a atingir 78%.

“Isso demonstra que apesar das dificuldades, os nossos magistrados estão empenhados em

melhorar a prestação jurisdicional e atender da melhor forma possível as pessoas que precisam da Justiça”, avalia a Corregedora. Os trabalhos correicionais serviram para detectar os principais problemas que hoje afetam o Judiciário e precisam ser solucionados para que o TJAC cumpra o seu objetivo de fazer Justiça.

“Os problemas existentes foram aferidos. Alguns são questões pontuais, outros envolvem questões genéricas, que dizem respeito fundamentalmente ao aprimoramento dos trabalhos”, explica Eva Evangelista, citando como exemplo a falta de localização de réus que residem em locais de difícil acesso e o reduzido número de oficiais de Justiça para cumprimento de mandados judiciais, tanto na Capital quanto no interior do Estado.

Para 2008, a Corregedora enfatiza que a COGER tem como meta principal a redução da taxa de congestionamento no Estado para menos de 50%. “Nesse desafio, contamos com o apoio da Presidente Izaura Maia e do Vice-Presidente Pedro Ranzi, que sempre têm nos dado o auxílio necessário ao bom desenvolvimento do nosso trabalho”, acrescentou a Corregedora.

A Correição Geral Ordinária iniciou no dia 30 de julho, na Comarca de Manuel Urbano, e foi concluída no dia 20 de dezembro, na 2ª. Vara da Fazenda Pública de Rio Branco.

Desembargadora Eva Evangelista coordenou os trabalhos correicionais realizados em 2007

Central de Mandados

Rio Branco,
06.12.2007



2º. Juizado Especial Cível

Rio Branco,
10 e 11.12.2007



3º. Juizado Especial Cível e Justiça Itinerante

Rio Branco,
12 e 13.12.2007



2º. Juizado Especial Criminal

Rio Branco,
14.12.2007



3ª. Vara Criminal

Rio Branco,
17 e 18.12.2007



2ª. Vara da Fazenda Pública

Rio Branco,
19 e 20.12.2007





contracapa

Juizado da Mulher e Projudi no Acre

No dia 5 de dezembro, o TJAC promoveu mais uma reunião de planejamento sobre a implantação do Juizado da Mulher em Rio Branco. A Presidente Izaura Maia, acompanhada da Corregedora Geral Eva Evangelista, recebeu a Procuradora Geral do Estado, Maria de Nazareth Mello de Araújo Lambert; a Subprocuradora Geral do Ministério Público, Gisselle Mubarak Detoni, acompanhada do Promotor de Justiça Danilo Lovisaro; a Defensora Pública Rivana Barreto Ricarte de Oliveira; o Presidente da OAB/AC, Florindo Poersch; e o Presidente da ASMAC, Juiz Laudivon Nogueira. Ao final dos trabalhos, os participantes definiram a data de 29 de fevereiro de 2008 para inauguração do novo Juizado, que ocorrerá na versão virtual, a partir da adoção do Sistema CNJ (Projudi).

Semana da Conciliação

Durante a Semana Nacional da Conciliação, realizada em todo o país entre os dias 3 e 8 de dezembro de 2007, o TJAC realizou 2.389 audiências, que atingiram 993 acordos, perfazendo um índice conciliatório de aproximadamente 41,5% em todo o Estado. Ao total, as conciliações firmadas envolveram a soma de R\$ 1.086.719,04 milhão. Foram atendidas 3.333 mil pessoas e realizadas 41 palestras, com o objetivo de esclarecer e chamar a atenção da população para a importância de conciliar. A maior parte da movimentação ocorreu na área cível, onde foram realizadas 2.094 audiências e obtidos 768 acordos, com um índice de conciliação em torno de 36,6%. Na esfera criminal foram promovidas 295 audiências, com a homologação de 225 acordos, atingindo 76,2% de conciliação. Coordenada pelo CNJ, a Semana contou com a participação de todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, 27 Tribunais de Justiça e 5 Tribunais Regionais Federais do Brasil. O evento faz parte do Movimento pela Conciliação, criado em 2006, com o slogan "Conciliar é legal".



Projeto Cidadão

No período de 17 a 21 de dezembro, na Praça do Cidadão do Fórum Barão do Rio Branco, na Capital, o Tribunal realizou a última edição do Projeto Cidadão em 2007. De modo gratuito, o Projeto ofereceu os serviços de expedição de Carteira de Identidade, CPF, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e Fotografias 3x4. Também habilitou 170 casais, que participaram da tradicional cerimônia civil de Casamento Coletivo, realizado no dia 21, na Concha Acústica do Parque da Maternidade. O Projeto encerrou mais um ano de sucesso, atingindo a marca de 1.670 casamentos realizados somente em suas etapas temáticas: 1.100 durante a Expoacre, em Rio Branco, no mês de agosto; 400 na Expoacre Juruá, no município de Cruzeiro do Sul, em setembro; e 170 na última edição.



Mais Arte

No dia 21 de dezembro, a Presidente Izaura Maia lançou a 3ª Edição do Projeto *Mais Arte*, que visa divulgar o trabalho dos artistas locais, valorizando os talentos acreanos e proporcionando um ambiente de trabalho mais agradável a servidores e visitantes da sede do Poder Judiciário. Esta edição expõe os trabalhos do artista plástico Darcy Seles, no período de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008. A visita é aberta ao público em geral, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas. Natural da cidade de Cáceres (MT), o artista reside há 18 anos no Acre, onde iniciou seu trabalho e atua diretamente nos movimentos culturais do Estado. Atualmente, Seles é professor de Desenho e Pintura do SESC/AC e da Fundação de Cultura Elias Mansour.



Concursos

■ JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

Conforme a Comissão de Concursos do TJAC, presidida pelo Desembargador Pedro Ranzi, o resultado final na inscrição definitiva e a convocação para as provas discursivas do concurso público para provimento de 10 vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto serão publicados no Diário da Justiça e divulgados na internet, no endereço www.cespe.unb.br/concursos/tjacjuiz2006, na data provável de 14 de janeiro de 2008.

■ DELEGATÁRIO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Também segundo a Comissão, o resultado final na prova oral, o resultado final na investigação de vida funcional e individual, e o resultado final no concurso para provimento de 30 vagas na titularidade de Serviços Notariais e de Registro, serão publicados no Diário da Justiça e divulgados na internet, no endereço www.cespe.unb.br/concursos/tjacnot2006, na data provável de 31 de janeiro de 2008.

Pagamento Antecipado

No dia 18 de dezembro foi comunicada a antecipação do pagamento dos valores relativos a hora extra dos servidores do Poder Judiciário, bem como a diferença dos planos URP e BRESSER. Assim, os valores a serem pagos nos meses de janeiro e fevereiro de 2008, foram pagos em dezembro, via folha suplementar. A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, manifestou alegria em poder antecipar esse pagamento, frisando que, com maior controle sobre os gastos e eficiência na aplicação do erário público, medidas como essa se tornam possíveis, possibilitando mais satisfação aos servidores do Judiciário. Por meio de um Comunicado Oficial em seu site, a Direção do SINSPJAC esclarece a forma como ocorrerão os próximos pagamentos, vez que, mediante a antecipação dos repasses de janeiro e fevereiro, todos os demais serão antecipados.